



Caderno de Negociação

DIEESE

Número 68 - agosto de 2023

MERCADO DE TRABALHO

Emprego com carteira cresce para pessoas com deficiência

O emprego com carteira assinada cresceu entre as pessoas com deficiência nos 12 meses encerrados em junho de 2023. São 4.588 novos vínculos. O maior aumento foi entre os que possuem alguma deficiência intelectual (mental): quase 3.500 postos a mais. Em seguida, vêm as pessoas com deficiência visual, com pouco mais de 2,2 mil novos vínculos.

Houve redução do emprego entre as pessoas com múltiplas deficiências (-277 vínculos) e entre os reabilitados (-2,1 mil).

O setor do comércio foi o que teve o melhor desempenho, com quase 3 mil vínculos a mais de empregos com carteira para pessoas

com deficiência, seguido pela educação (mais 837 empregos) e pelas atividades financeiras (mais 766 postos). Por outro lado, o segmento de transporte fechou quase 600 vagas para pessoas com deficiência e a indústria de transformação, 426 empregos.

Saldo de empregos formais para pessoas com deficiência (PcD) Brasil, julho de 2022 a junho de 2023

Saldo de vagas formais de emprego ocupadas por pessoas com deficiência (PcD) Brasil, julho de 2022 a junho de 2023

	Condição	Saldo
Pessoas com deficiência	Física	983
	Auditiva	277
	Visual	2.237
	Intelectual (Mental)	3.496
	Múltipla	-277
	Reabilitado	-2.128
Total PcD		4.588
Pessoas sem deficiência		1.646.744
Total		1.651.332

Fonte: MTE. Novo Caged. Extraído em 27/07/2023

Setor de atividade econômica	Saldo
Comércio e Reparação de Veículos	2.957
Automotores e Motocicletas	837
Educação	766
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	518
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	435
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	-211
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	-288
Outras Atividades de Serviços	-315
Construção	-426
Indústrias de Transformação	-596
Transporte, Armazenagem e Correio	911
Demais setores	4.588

Fonte: MTE. Novo Caged. Extraído em 27/07/2023

pós-graduação on-line em

ECONOMIA E TRABALHO

Inscrições abertas

Aulas transmitidas ao vivo
às segundas e quartas-feiras,
no período noturno

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Julho: menos de 1% dos reajustes ficaram abaixo da inflação

Na data-base julho, 89,1% de 165 negociações, analisadas pelo DIEESE até 10 de agosto, registraram ganhos reais nos salários, na comparação com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). Outras 10,3% registraram resultados iguais ao índice inflacionário e apenas 0,6% não conseguiu repor as perdas inflacionárias na data-base. A variação real média dos reajustes de julho foi de 1,95%.

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
ago/22	34,2%	39,9%	25,9%	-0,10%	1.003
set/22	48,3%	32,1%	19,5%	0,14%	2.215
out/22	56,8%	32,3%	10,9%	0,78%	1.184
nov/22	43,5%	47,2%	9,3%	0,44%	2.017
dez/22	61,1%	29,8%	9,1%	0,52%	198
jan/23	68,8%	21,4%	9,7%	0,70%	2.644
fev/23	70,8%	18,7%	10,5%	0,73%	723
mar/23	62,3%	31,1%	6,6%	0,70%	1.693
abr/23	64,3%	32,1%	3,7%	1,15%	630
mai/23	90,5%	7,6%	1,9%	1,63%	3.446
jun/23	86,7%	12,3%	0,9%	1,42%	528
Jul/23	89,1%	10,3%	0,6%	1,95%	165
12 meses	64,5%	26,0%	9,5%	0,80%	16.446
2023	76,5%	18,0%	5,5%	1,11%	9.829

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. IBGE, INPC

Elaboração: DIEESE. Obs.: Dados atualizados até 10/08/2023

No total acumulado de 12 meses, os percentuais observados são: 64,5% de reajustes com aumentos reais, 26,0% de resultados iguais ao INPC e 9,5%, abaixo dele. No acumulado de 2023: 76,5% dos reajustes tiveram ganhos reais, 18% ficaram iguais à inflação e 5,5% foram inferiores ao índice inflacionário.

No recorte por categoria, destacam-se as negociações realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da construção e mobiliário, dos serviços de transportes, da indústria metalúrgica e do setor rural, todas com ganhos reais em mais de 70% dos casos nos últimos 12 meses.

Pisos salariais negociados - Categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases

Categorias	Valor médio	Nº de pisos analisados
Rurais	R\$ 1.539,59	663
Alimentação	R\$ 1.584,68	1.362
Comerciários	R\$ 1.489,27	1.802
Construção e mobiliário	R\$ 1.636,17	1.446
Extrativa	R\$ 1.560,40	169
Gráficos	R\$ 1.535,56	73
Metalúrgicos	R\$ 1.713,13	1.347
Papeleiros	R\$ 1.728,78	89
Químicos	R\$ 1.580,18	569
Saúde privada	R\$ 1.490,88	468
Transportes	R\$ 1.690,53	2.369
Urbanitários	R\$ 1.650,66	99

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. IBGE, INPC

Elaboração: DIEESE. Obs.: Dados atualizados até 10/08/2023

Reajustes salariais por categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases

RURAIS	ALIMENTAÇÃO	COMERCIÁRIOS	CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO
 Acima 76,5% Igual 16,6% Abaixo 6,9%	 Acima 64,0% Igual 28,1% Abaixo 7,9%	 Acima 37,3% Igual 60,4% Abaixo 2,3%	 Acima 79,6% Igual 15,2% Abaixo 5,2%
Variação média real 1,35% Total (nº de reajustes) 565	Variação média real 0,77% Total (nº de reajustes) 1.349	Variação média real 0,42% Total (nº de reajustes) 1.811	Variação média real 1,31% Total (nº de reajustes) 1.450
EXTRATIVA	GRÁFICOS	METALÚRGICOS	PAPELEIROS
 Acima 55,1% Igual 32,4% Abaixo 12,4%	 Acima 38,9% Igual 47,2% Abaixo 13,9%	 Acima 74,7% Igual 20,6% Abaixo 4,7%	 Acima 33,3% Igual 59,3% Abaixo 7,4%
Variação média real 0,64% Total (nº de reajustes) 185	Variação média real 0,26% Total (nº de reajustes) 72	Variação média real 0,83% Total (nº de reajustes) 1.494	Variação média real 0,31% Total (nº de reajustes) 81
QUÍMICOS	SAÚDE PRIVADA	TRANSPORTES	URBANITÁRIOS
 Acima 57,9% Igual 35,9% Abaixo 6,2%	 Acima 65,8% Igual 18,7% Abaixo 15,5%	 Acima 79,1% Igual 13,8% Abaixo 7,1%	 Acima 28,7% Igual 56,6% Abaixo 14,7%
Variação média real 0,61% Total (nº de reajustes) 568	Variação média real 0,93% Total (nº de reajustes) 529	Variação média real 1,21% Total (nº de reajustes) 2.072	Variação média real 0,25% Total (nº de reajustes) 143

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. IBGE, INPC

GREVES

No transporte público, empresas continuam a atrasar os salários

No primeiro semestre de 2023, os trabalhadores das empresas de transporte público urbano paralisaram a circulação dos ônibus por 48 vezes.

Um olhar sobre as principais reivindicações dos rodoviários revela que parte significativa das mobilizações esteve relacionada ao atraso no pagamento dos salários (40%).

Em seguida, cerca de um terço das greves (31%) apresentava demandas referentes à alimentação (pelo reajuste dos valores dos benefícios ou pelo retorno deles – já que, em muitas empresas, o pagamento continua suspenso desde o início pandemia).

Reivindicações por reajuste salarial foram mencionadas em 29% das greves.

Demandas relacionadas ao plano de saúde (aquisição, manutenção, redução dos valores descontados dos funcionários, melhoria na qualidade do serviço e extensão da cobertura aos familiares) foram mencionadas em 13% das mobilizações. Protestos contra descontos salariais (em casos de multas por infrações de trânsito ou danos ao veículo em acidentes) foram observados em 10% das greves.

A crise nos serviços de transporte público, que vem desde antes da pandemia de covid-19, e que se acentuou em 2020 e 2021, está ainda longe da solução, apesar de ter sido abrandada. As ações dos poderes públicos e das empresas, por todo o país, têm resultado apenas na queda da qualidade do serviço prestado.

DIREITOS

Cláusulas relacionadas a inovações tecnológicas

A adoção de novas tecnologias pelas empresas é fonte de preocupação para os trabalhadores, que temem que a inovação e a automação resultem em desemprego. As entidades sindicais têm negociado, em acordos e convenções coletivas de trabalho, cláusulas que asseguram a manutenção dos empregos, a qualificação profissional para as novas tecnologias e a participação das entidades nos processos de inovação.

Confira algumas cláusulas a seguir.

AUTOMAÇÃO - Caso a empresa venha a adotar processos de modernização, implantando novas técnicas para produção, elas não poderão utilizar dessas novas técnicas como critério ou justificativa para dispensa de empregados, devendo manter o mesmo número de funcionários existente no momento da implantação das medidas.

a) A empresa deverá oferecer aos empregados oportunidade de adaptação às novas técnicas e aos novos equipamentos.

b) O processo de adaptação constitui encargo da empresa, de sorte que as despesas com eventuais cursos e aprendizados correrão por conta da empresa.

c) Os profissionais que exercem funções que venham a ser extintas com as novas técnicas deverão ser reaproveitados, na medida do possível, em funções equivalentes e/ou compatíveis com as exercidas até então.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA EMPRESA - As empresas aproveitarão os empregados em outras funções compatíveis com o desempenho profissional, na eventualidade da supressão das atividades primitivas em decorrência do desenvolvimento tecnológico, ficando uma comissão paritária, composta por integrantes das entidades convenentes e das empresas, encarregada de debelar os problemas que eventualmente tenham surgido.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS - A implantação de novas tecnologias que tragam alterações será precedida de apresentação à entidade dos trabalhadores, devendo a empresa promover, quando necessário, a realocação dos empregados envolvidos, promovendo também treinamento para as novas funções e, quando a tecnologia implicar redução do quadro de empregados, antes de novas contratações, será oportunizada aos funcionários, por um período de 90 (noventa) dias, a adequação à nova função.

POLÍTICA DE EMPREGO - [...] Eventuais ajustes no efetivo de pessoal, decorrentes de reestruturação organizacional e/ou mudança de processo e implantação tecnológica, serão negociados com o sindicato representativo dos empregados, na respectiva base territorial, incluindo, nesses ajustes, identificação de oportunidades internas e alternativas de qualificação e treinamentos dos empregados, onde cabível. [...]

PREÇOS

Julho: preço da cesta básica cai em 13 capitais

Em julho, de acordo com a Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo DIEESE em 17 capitais, os preços dos itens alimentícios básicos caíram em 13 cidades, com destaque para Recife (-4,58%), Campo Grande (-4,37%), João Pessoa (-3,90%) e Aracaju (-3,51%). Nas capitais onde houve aumento (Porto Alegre, Fortaleza, Brasília e Salvador), a elevação ficou entre 0,03% (capital baiana) e 0,49% (em capital gaúcha).

Feijão – o preço do feijão carioquinha diminuiu em todas as capitais onde é pesquisado (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, em Belo Horizonte e em São Paulo), com variações entre -3,98%, em Natal, e -11,59%, em Belo Horizonte. O feijão tipo preto também registrou queda em todas as capitais onde tem o preço coletado (região Sul, Vitória e Rio de Janeiro).

Carne bovina de primeira – O preço médio do quilo caiu em todas as cidades, com variações entre -0,86%, em Vitória, e -7,16%, em Florianópolis.

Batata – O preço caiu em quase todas as capitais onde o tubérculo é pesquisado. A exceção foi Porto Alegre, onde houve alta de 3,59%. Os recuos oscilaram entre -5,95%, em São Paulo, e -33,12%, em Campo Grande.

Óleo de soja – O preço baixou em 14 capitais. As que-

das variaram entre -1,50%, em Goiânia, e -8,27%, em Natal. As altas ocorreram em Curitiba (2,25%), Porto Alegre (0,88%) e Belo Horizonte (0,36%).

Leite integral – O preço caiu em 14 capitais. As maiores quedas ocorreram em Porto Alegre (-4,80%) e Campo Grande (-4,30%). Em Belo Horizonte, o valor médio não variou; em João Pessoa, (1,24%) e Natal (0,61%), as taxas foram positivas.

Pão e farinha de trigo – O ritmo de compra e venda de trigo seguiu lento em julho, à espera de como será a safra nacional. No varejo, pão e farinha tiveram comportamentos distintos. Em julho, o preço da farinha de trigo baixou em todas as capitais do Centro-Sul, onde é pesquisada. As variações oscilaram entre -0,97%, em Campo Grande, e -3,99%, em Vitória. Já o quilo do pão francês apresentou elevação em 13 capitais: entre 0,08%, em Aracaju, e 1,24%, em Vitória. As quedas ocorreram em Florianópolis (-0,73%), Brasília (-0,46%), Natal (-0,29%) e São Paulo (-0,06%).

Em 12 meses, a cesta básica de alimentos teve alta em 11 capitais (entre 0,11%, em Belo Horizonte, e 4,44%, em Natal). Houve redução do custo em seis municípios, com variações entre -0,94%, em Florianópolis, e -3,88%, em Recife.

Custo e variação da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais - Brasil – julho de 2023

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Variação 12 meses (%)
Porto Alegre	777,16	0,47	3,23
São Paulo	769,95	-1,67	1,25
Florianópolis	746,66	-3,22	-0,94
Rio de Janeiro	738,12	-0,39	1,99
Campo Grande	698,31	-4,37	-1,23
Curitiba	690,31	-1,56	0,22
Brasília	687,58	0,04	-2,32
Vitória	674,54	-2,43	-3,74
Fortaleza	661,50	0,05	3,12
Goiânia	657,71	-1,74	-2,26
Belo Horizonte	652,78	-0,49	0,11
Belém	650,42	-1,44	2,73
Natal	613,64	-2,95	4,44
Salvador	596,04	0,03	1,62
Recife	592,71	-4,58	-3,88
João Pessoa	581,31	-3,90	1,52
Aracaju	547,22	-3,51	0,87

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) - agosto 2022 a julho 2023

INPC - IBGE	12 meses (%)
Índice Geral	3,53
- Alimentação e bebidas	1,65
- Alimentação no domicílio	0,32
- Alimentação fora do domicílio	6,64

Fonte: IBGE

Índices de inflação IBGE	Julho de 2023 (%)	Ago/22 a Jul/23 (%)	Projeção de inflação		
			set/22 a ago/23 (%)	out/22 a set/23 (%)	nov/22 a out/23 (%)
INPC	0,09	3,53	4,11	4,87	4,78
IPCA	0,12	3,99	4,63	5,36	4,14

Fonte: IBGE e BC. A projeção de inflação para agosto de 2023 é de 0,25%, para setembro, de 0,41%, e outubro, de 0,38%

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial - julho de 2023

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 6.528,93
Salário Mínimo	R\$ 1.320,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	4,95

Fonte: DIEESE